

AGRICULTURA URBANA COMO UM COMPONENTE
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL:
BRASIL, FRANÇA E RÚSSIA¹

*Louiza Mansourovna Boukharaeva*²

*Gustavo Kauark Chianca*³

*Marcel Marloie*⁴

*Altair Toledo Machado*⁵

*Cynthia Torres de Toledo Machado*⁶

RESUMO

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) considera que o desenvolvimento da agricultura urbana faz parte das políticas de desenvolvimento humano sustentável. Este artigo procura identificar como a agricultura urbana no Brasil, na França e na Rússia podem contribuir para a realização desse objetivo. Nele, são identificadas funções relativas à alimentação, ao bem-estar, à terapia, à identidade, à transmissão de saber e à cultura. É feita também uma avaliação sobre a importância da criação de legislação específica que forneça, a todas as classes sociais, acesso a espaços urbanos e a atividades sustentáveis.

Termos para indexação: sistemas agrários, agronomia.

¹ Artigo originalmente publicado sob o título *L'agriculture urbaine comme composante du développement humain durable : Brésil, France, Russie*, no periódico *Cahiers d'études et de recherches francophones / Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 154-158, janvier-février 2005.

² Filósofa, Doutora em Filosofia, professora da Université Technique de Kazan (Russie), 10, rue Karl Marx, 420111 Kazan Tatarstan, Fédération de Russie. perdiag@cetegel.net

³ Engenheiro agrônomo, Mestre em Economia Agrária, consultor da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Eixo Monumental, Via S1, Campus do Inmet, Setor Sudoeste, Caixa Postal 00542, 70680-900 Brasília, DF. gchianca@fao.org.br

⁴ Doutor em Economia Internacional, pesquisador do Institut National de la Recherche Agronomique (Inra), 63/65, Boulevard de Brandebourg 94200 Ivry sur Seine France. marloie@ivry.inra.fr

⁵ Engenheiro agrônomo, Doutor em Genética, pesquisador da Embrapa Cerrados, BR 020, Km 18, 73310-970 Planaltina, DF. altair@cpac.embrapa.br

⁶ Engenheira agrônoma, Doutora em Agronomia (Ciência do Solo), pesquisadora da Embrapa Cerrados, BR 020, Km 18, 73310-970 Planaltina, DF. cynthia@cpac.embrapa.br

L. M. Boukharaeva et al.

L'AGRICULTURE URBAINE COMME COMPOSANTE
DU DÉVELOPPEMENT HUMAIN DURABLE:
BRÉSIL, FRANCE, RUSSIE

RÉSUMÉ

Le Programme des Nations Unies pour le Développement (Pnud) considère que le développement de l'agriculture urbaine fait partie des politiques de développement humain durable. Cet article cherche à identifier en quoi l'agriculture urbaine au Brésil, en France et en Russie peut apporter des éléments à cet objectif. Il identifie des fonctions relatives à l'alimentation, au bien-être, à la thérapie, à l'identité, à la transmission des savoirs et de la culture. Il souligne l'importance des cadres législatifs permettant aux catégories sociales défavorisées d'y accéder de manière pérenne.

Termes d'indexation: systèmes agraires, agronomie.

URBAN AGRICULTURE AS A COMPONENT
OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT:
BRAZIL, FRANCE, RUSSIA

ABSTRACT

Urban agriculture is analysed from the point of view of human sustainable development, as the United Nations Development Program (UNDP) proposed at the Second United Nations Conference on Human Settlements – Habitat 2 – in June 1996. It is defined as urban activities involving the cultivation of vegetables (food, flowers, and herbal medicines, horticulture, greenhouses) and breeding of some animals (apiculture, aquaculture, breeding of domestic and wild animals for food, skin and fur). The article analyses three cases: Russia, the centre of the former Soviet Union, which developed urban agriculture after the Second World War; France, to illustrate the Western Europe countries where this activity was marginalised, and Brazil, where this development is a consequence of agricultural modernisation, which pushed people into the cities. Surveys as well as a literature review show that urban agriculture has in the past reduced the intensity of food crises and contributed to feeding part of the population in normal periods. It also serves the functions of pleasure and relaxation, therapy, and identity. It helps to transfer cultural heritage and can be used educationally. Developing these functions requires both legislative action to ensure that all categories of the population have long-term access to a plot and joint activity by a number of public and private participants.

Index terms: farming systems, agronomy.

INTRODUÇÃO

O estudo da agricultura urbana no Brasil, na França e na Rússia remete ao relatório apresentado sobre esse tema pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), na Conferência das Nações Unidas “Habitat II”, realizada em Istambul, Turquia, em 1996 (SMITH et al., 1996). Esse relatório é baseado em experiências de 18 países da África, da América Latina e da Ásia. No presente artigo, às experiências estudadas no referido relatório foram acrescentadas as vividas pela França e pela Rússia, com a finalidade de aprofundamento das funções sociais e culturais, que correspondem a certos critérios do desenvolvimento humano sustentável abordados pelo Pnud, ou seja: a resistência a crises, o bem-estar, a autonomia das pessoas, o desenvolvimento de capacidades e a equidade.

O estudo do Pnud sobre agricultura urbana refere-se ao desenvolvimento humano sustentável. Utilizado a partir de 1994 (PROGRAMME DES NATIONS UNIES POUR LE DÉVELOPPEMENT, 1994), esse termo combina dois conceitos construídos anteriormente: o do desenvolvimento sustentável, proposto em 1987 pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnuced), e o de desenvolvimento humano, utilizado pelo Pnud depois de 1990. O desenvolvimento humano sustentável procura satisfazer as necessidades imediatas sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras também satisfazerem suas necessidades. Ele leva em conta os aspectos ambientais, econômicos, sociais e humanos. Propõe a divisão equitativa dos frutos do crescimento, permitindo que as pessoas aumentem sua autonomia e suas capacidades, e que participem das decisões que influenciam sua vida. O relatório do Pnud visa identificar as funções da agricultura urbana e mostrar que ela é uma atividade específica, que precisa ser tratada como tal pelas políticas públicas. O documento tenta persuadir diversos atores, principalmente as instituições de pesquisa, a estudar e a apoiar projetos que permitam reduzir os obstáculos a seu desenvolvimento.

Este trabalho explorou um enfoque patrimonial já utilizado na análise de atividades de jardinagem (DUBOST, 1994). Etimologicamente, a palavra “patrimônio” designa o conjunto dos bens herdados pela família, herança comum de um grupo humano, da qual se apropria e a modifica para ser transmitida às gerações seguintes. Esse enfoque permite colocar em relevo os com-

ponentes naturais e socioculturais da agricultura urbana, pesquisar como contribuem para a estabilidade da pessoa e da sociedade, e que condições são necessárias para sua transmissão às gerações seguintes.

QUAL AGRICULTURA URBANA?

A agricultura urbana sempre existiu. As fontes histórico-literárias, teórico-políticas e filosóficas que descrevem a aparição das primeiras cidades, sua estrutura e seu funcionamento (Virgile: *Les Géorgiques*; Aristote: *Politique*; Fouquidide: *Histoires*), como também os testemunhos da teoria da arquitetura (Vitruve: *Traité d'Architecture*), mostram uma estreita ligação entre o urbano e o rural. Em sua obra literária, Paul Bairoch (1985) explica que o componente agrícola das cidades sempre esteve presente, desde as cidades do Neolítico até as cidades modernas, mas que ele foi negligenciado ou ignorado pelo poder público e pelos cientistas durante o século 20. Esse componente constitui, portanto, um fenômeno de grande amplitude. O relatório do Pnud avaliou em 800 milhões o número de pessoas que praticam agricultura urbana no mundo.

O século 20 foi marcado pelo desenvolvimento dessa agricultura nos países do Hemisfério Sul, independentemente da tendência de o modelo de urbanização dos países ocidentais ignorar essa agricultura, com exceção da Rússia e de outros países da extinta União Soviética (que se situam no Hemisfério Norte).

Embora o relatório do Pnud apresente, como agricultura urbana, basicamente as atividades de profissionais de agricultura e de agroindústrias nacionais ou internacionais, ele dedica atenção particular à produção familiar em tempo parcial. Procura, portanto, identificar as relações que os cidadãos mantêm com a natureza, particularmente a parte da agricultura urbana que envolve atividades de produção vegetal (produção alimentar, floral e medicinal dos jardins, canteiros e estufas) e certas produções animais (apicultura, piscicultura, criação de animais domésticos e selvagens para alimentação e/ou produção de peles).

No relatório, a produção familiar em tempo parcial corresponde à definição de agricultura urbana que ocorre no Brasil (MACHADO A.; MACHADO C., 2002). É uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos cir-

cuitos de produção. Essa modalidade é amplamente praticada por famílias pobres, em espaços reduzidos, no interior e na periferia das cidades. Aqui, também foram incluídos os espaços cultivados pelos habitantes urbanos, espaços esses situados a algumas dezenas de quilômetros das cidades, como é o caso de certos jardins coletivos da Rússia. Grande parte dessa agricultura insere-se entre o formal e o informal, dificultando sua identificação como representação tradicional, ficando, então, os dados relativos a essa atividade sujeitos a verificação.

Na França, uma das contribuições à reflexão sobre o desenvolvimento sustentável da agricultura urbana é de Monédiaire (MONÉDIAIRE, 1999). Esse autor empregou os conceitos de microagricultura urbana e jardinagem familiar urbana para designar os jardins das casas, os canteiros e os jardins de trabalhadores (pequenos espaços urbanos ou periféricos utilizados para atividades agrícolas), que hoje são chamados de jardins familiares, e designados neste artigo como jardins coletivos. Ele justifica sua pesquisa naquilo que qualifica como dupla figura da crise urbana: a ligada ao meio ambiente e a associada às tensões sociais.

Esse duplo aspecto da crise urbana e as expectativas que desperta nos cidadãos são igualmente citadas nas pesquisas sobre agricultura profissional e agroindústria, que são, em grande proporção, centradas em problemas alimentares e na dinâmica global da agricultura urbana. Elas despertam principalmente as funções de melhoria do quadro de vida (TEMPLE; MOUSTIER, 2004) e de terapia social (FLEURY; DONADIEU, 1997).

Embora a expressão “agricultura urbana” seja pouco utilizada na Rússia, essa atividade envolve de 65% a 80% dos urbanos. Em parte da literatura, é confundida com *datchas* (LOWELL, 2003), o que conduz à valorização das funções de prestígio e terapia. A palavra “jardins” (em russo, *sad*) se refere correntemente às hortas individuais e coletivas. As estatísticas governamentais identificam esse sistema numa categoria chamada “economia da população”, que engloba igualmente pequenas parcelas agrícolas.

FUNÇÕES ALIMENTARES

A função da agricultura urbana mais estudada atualmente consiste na contribuição à segurança alimentar das populações. Isso se justifica pelo fato

de que metade das pessoas classificadas como as que passam fome (840 milhões, segundo a FAO) mora atualmente nas cidades. A análise comparativa histórica permite identificar corretamente essa função.

Na Rússia, a agricultura urbana confere uma ajuda substancial à alimentação. Durante a Segunda Guerra Mundial, os cidadãos foram obrigados à prática da agricultura urbana para alimentarem a si mesmos e as Forças Armadas, principalmente em Leningrado, então cercada pelas Forças Armadas nazistas. Após a crise de fome de 1948, os poderes públicos incentivaram a criação de jardins coletivos urbanos, compostos por parcelas de 400 a 600 m², que constituem hoje, essencialmente, os 20 milhões de jardins, canteiros e hortas da Rússia. As famílias têm o hábito de ali construir pequenas casas, onde passam os fins de semana e parte das férias. Esses jardins sempre contribuíram para a alimentação dos habitantes das cidades do interior. Com efeito, durante a crise dos anos 90, garantiram que a população urbana não passasse fome. Quando a situação econômica melhora, diminui o espaço destinado aos legumes essenciais à alimentação e aumenta o cultivo de plantas ornamentais.

Na França, pelo contrário, o jardim familiar ocupa um pequeno espaço, sendo essencialmente constituído de jardins caseiros. No passado, era usado para a produção alimentar, mas hoje a maior parte é ocupada por flores, gramados e, em alguns casos, uma parte é coberta de cimento. A grande depressão do fim do século 19 e a intensa miséria nas cidades marcaram o início da formação dos jardins coletivos e promoveram modificações em suas diversas formas (CABEDOS; PIERSON, 1996). Depois de uma diminuição lenta, esses jardins voltaram a se desenvolver durante a Segunda Guerra Mundial, diminuindo em seguida, e aumentando novamente a partir da década de 70. Com um total de 120 mil a 150 mil parcelas de jardins familiares e um número um pouco maior sob outras formas, os jardins coletivos representam, atualmente, uma pequena parte (em torno de 10%) dos jardins familiares. São essencialmente cultivados por homens, e sua área reduzida dificilmente permite que seja ocupado como habitação pela família.

No Brasil, a agricultura urbana deve seu desenvolvimento recente à modernização da agricultura, que provocou forte migração em direção às cidades e às respectivas periferias a partir da década de 40. Uma parte dessa população é excluída socialmente, vivendo na miséria, em ambientes ecologicamente degradados. São pessoas que, em sua maioria, perderam seu patrimônio

cultural, não são alfabetizadas e são vítimas da violência e da má nutrição. Mais de 80% da população urbana vive em casas separadas por pequenos espaços vazios, o que permite recorrer à jardinagem para conseguir suplementar sua necessidade básica de alimento.

Os casos francês e russo e a história recente do Brasil mostram que a produção familiar historicamente reforçou a autonomia das pessoas e da família, além de exercer a função de amortecedor das crises alimentares em casos de guerra ou de crise econômica. Essas constatações mostram que a agricultura urbana apresenta um interesse vital para as sociedades, malgrado alguns lugares-comuns apontados pelo Pnud, que a consideram arcaica, temporária e destinada ao abandono se for melhorado o nível de vida.

Em período normal, a agricultura urbana melhora a qualidade de vida, permitindo às famílias diversificar sua alimentação, uma vez que fornece, em muitos lugares, alimentos saudáveis e de baixo custo. Numerosos jardineiros utilizam compostos e outros fertilizantes orgânicos, e recorrem a diversas práticas naturais para combater doenças e ataques de pragas. Outros, porém, produzem frutas e legumes com substâncias perigosas, em decorrência da poluição do ar, da água e dos solos, bem como de superdosagens de pesticidas.

FUNÇÕES DE BEM-ESTAR, DE TERAPIA E DE IDENTIDADE

A agricultura urbana é uma fonte de bem-estar por permitir o contato direto com natureza (REDE DE INTERCÂMBIOS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS, 1998). Na Rússia, há, em todos os lugares, um espaço reservado para flores e outras plantas ornamentais, fato confirmado em entrevista com os habitantes, que declararam, reiteradamente, o prazer de praticar a jardinagem ou de simplesmente desfrutar de um ambiente natural. Para os habitantes da cidade que não praticam essa atividade, não há, porém, unanimidade quanto ao interesse pelo meio ambiente. Entre eles, há quem argumente, contrariamente ao que preconiza o Pnud, que a agricultura urbana é poluidora e anti-estética. Mesmo que, em alguns casos, essas pessoas possam ter razão, de uma maneira geral, a agricultura contribui para a melhoria do microclima urbano, para o saneamento de áreas insalubres e para a reciclagem de certos lixos, entre outros benefícios.

Os efeitos terapêuticos da agricultura urbana são vários. Na Rússia, o poder público reconhece o valor terapêutico das *datchas* e dos jardins, como

ambientes ideais para a recuperação da saúde física, da psicológica e da emocional. Grande parte das pessoas entrevistadas nesse país declara seus aspectos favoráveis ao equilíbrio e à energia. Na França, há médicos que indicam a prática da jardinagem a seus pacientes, cientes de que alguns desses pacientes chegam a abandonar a dependência de antidepressivos na primavera, quando se inicia o trabalho nos jardins. Pesquisas relacionadas à contribuição da jardinagem ao desenvolvimento social (CEREZUELLE, 1999) ou que mencionam as novas aspirações do homem urbano (FLEURY et al., 2004) constata essa função. Os incentivadores da jardinagem e os adeptos das correntes chamadas “higienistas” têm sempre insistido na virtude da jardinagem como garantia de saúde das populações de trabalhadores marcadas pela destruição cultural, pela violência, pelo alcoolismo, pelas carências alimentares e pelas doenças. Essa função é igualmente relatada no meio rural (POULOT; ROUYERS, 2003) e nos jardins comunitários, nos terapêuticos e de inserção (FORTIER, 2003).

Essa função terapêutica combina fortemente com a função de construção de identidade. As pesquisas efetuadas fornecem múltiplos indícios de ligação dos jardineiros a essa atividade como um espaço de liberdade, de autonomia e de criatividade. Uma revista de jardinagem da cidade de Kazan, intitulada *Senhor de seu espaço*, mostra a importância dessa atividade em um país de arraigados hábitos de experiência coletiva. Outra característica apontada por pesquisas conduzidas na França é a auto-estima, que vem do prazer de produzir algo para si mesmo, de mostrar aos outros o que foi capaz de produzir, de fornecer, aos amigos e à família, legumes, frutas e flores (WEBER; PLUVINAGE, 1993).

Em sua obra intitulada *A honra dos jardineiros* (WEBER, 1998), Florence Weber indica que a jardinagem popular, incluindo as hortas chamadas “limpas”, aparece como uma invenção original da França do século 20, ligada à emergência de uma classe trabalhadora respeitável, na qual os homens cultivam, ao mesmo tempo, legumes e “dignidade pessoal”.

As funções do bem-estar, da terapia e da identidade da agricultura urbana fazem crer que, ao menos para uma parte da população urbana, o contato com a natureza corresponde a uma necessidade existencial, como fonte de estruturação da pessoa. Essa hipótese conduz ao campo dos componentes biossocioculturais da identidade da pessoa, sugerindo que o distanciamento da natureza, comum à vida urbana, é fator de desunião e, por conseqüência, fonte

de desequilíbrio da pessoa e da sociedade. Situando-se na interface entre o rural e o urbano, a função principal da agricultura urbana será ajudar a reunir esses componentes.

TRANSMISSÃO DOS SABERES E DA CULTURA

Aprendendo a reconhecer as plantas e delas cuidar, ou seja, a transplantar, a enxertar, a podar, a experimentar novas variedades de frutas e legumes, muitos adultos passam a ter condições de transmitir tais conhecimentos aos filhos e aos netos, em meio a relatos de histórias do passado. Essa transmissão prossegue nas atividades relacionadas à produção, como na preparação de geléias e de outras conservas. O jardim passa a representar, então, um dos meios privilegiados de disseminação do patrimônio cultural no seio da família. A atividade de jardinagem é, portanto, o suporte de outras atividades que geram ligação social, além de transmitir cultura e saber.

Atualmente, os jardins coletivos russos são administrados por associações. A União dos Jardineiros da Rússia propõe-se a ser a base de uma classe de pequenos proprietários. Na França e no Brasil, essa atividade é, há algum tempo, o suporte de várias associações. Alguns jardins coletivos franceses oferecem seguros em grupo privado, de cooperativas de compra, de fundo de ajuda, de círculos de estudo, de cursos de jardinagem e de ensino domiciliar, além de bibliotecas, corais, bandas de música, etc. Nesses três países, os concursos de jardinagem encorajam a pesquisa, a produção de qualidade e a estética dos jardins. As transmissões de rádio e de televisão, bem como as revistas de jardinagem, difundem os conhecimentos científicos e práticos, enquanto as escolas de jardinagem, as empresas e as associações identificam e protegem as espécies raras, selecionam e produzem novas variedades. No Brasil, numerosos atores mobilizam-se em prol da conservação da biodiversidade, não só de espécies domésticas mas também de espécies até então consideradas selvagens, e de espécies de plantas medicinais (DIAS, 2000), baseadas na agricultura orgânica.

Constatando a retomada do interesse pela jardinagem, os sistemas educativos procuram utilizar seu potencial pedagógico. Na França, o Ministério da Educação incentiva a rede de escolas fundamentais a utilizar a jardinagem como suporte para o ensino de botânica, química, biologia e outras disciplinas. Um programa intitulado “A semana da jardinagem para as escolas”

vem ocorrendo a cada primavera, desde de 1985, para escolas interessadas em participar. Profissionais ajudam as crianças a descobrir os vegetais, a cultivar, a observar seu crescimento, a compreender suas necessidades, a enriquecer o vocabulário, a despertar os sentidos, a assimilar noções como ciclo de vida e modo de reprodução das plantas, entre outras. Atividades brasileiras relacionadas à jardinagem chamam a atenção sobre seu aspecto educativo. Nessa linha de pensamento, o programa de jardins comunitários criado pela prefeitura de São Paulo em 1986 reserva espaço de jardins às escolas, às creches e aos centros de juventude. Também são relatadas várias experiências relativas à educação alimentar e ao meio ambiente, por meio de procedimentos como coleta e reciclagem de garrafas de plástico e de diversos componentes orgânicos destinados a diferentes tipos de cultivo que não utilizam o solo.

UM ACESSO PERMANENTE POR TODAS AS CATEGORIAS DA POPULAÇÃO

O Pnud aponta diversos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura urbana, entre os quais a dificuldade para encontrar terrenos próximos das cidades e a indiferença das autoridades públicas em relação à questão. Nos três países estudados, que também enfrentam problemas, há várias formas jurídicas de acesso e utilização das parcelas dos jardins coletivos, a saber: posse, aluguel, concessão de uso e ocupação de fato. Monédaire analisou a legislação da agricultura urbana em dez países europeus (1999). A presente comparação entre a Rússia e a França pretende contribuir para analisar a respectiva legislação, que suscita um debate em voga na Europa, no fim do século 19, quando partidários socialistas e certos pensadores católicos propunham que se reconhecesse o direito inalienável de cada família possuir um alojamento e uma parcela de terra.

Nos países socialistas, esse direito é concretizado pela generalização da propriedade coletiva em detrimento da propriedade privada. A multiplicação dos jardins coletivos urbanos, depois da década de 50, pode ser interpretada como uma conquista popular no âmbito das formas institucionais compatíveis com a ideologia comunista. Atualmente, os proprietários dos jardins coletivos podem vender a respectiva parcela, mas não se sabe como evoluirá o sistema que concede terrenos às famílias que os solicitem. É possível que, nas próximas décadas, esse recurso não esteja mais disponível para as famílias.

Na França, os sistemas cooperativo e associativo permitiram a administração dos jardins de trabalhadores, por meio da distribuição de parcelas às famílias que os requeriam. A parcela era confiada a outras famílias quando os usuários deixavam de corresponder às condições de utilização. Dessa forma, de geração em geração, os jardins de trabalhadores permitiram o acesso a uma parcela de terra às categorias necessitadas da população.

CONCLUSÃO

A produção familiar em tempo parcial apresenta numerosas características positivas, a saber:

- Aumenta a capacidade de as sociedades enfrentarem as crises alimentares.
- É um fator de bem-estar, de terapia e de equilíbrio.
- Reforça a autonomia e a identidade das pessoas.
- Favorece a transmissão e a aquisição dos saberes e da cultura.
- Melhora as condições de vida das famílias pobres.

A qualidade dos alimentos produzidos em jardins pode ser melhorada pela adoção de métodos da agricultura ecológica. A poluição de jardins coletivos pode ser suprimida por práticas simples de recuperação de detritos. Imagens visuais poluentes podem ser corrigidas facilmente. Mas a disponibilidade de novas terras, a garantia do acesso às categorias desfavorecidas da população e a amplificação das características positivas necessitam de uma ação pública voluntária.

O Pnud informa que a agricultura urbana não tem sido objeto de políticas públicas à altura da sua importância. Na França, o aparente interesse e a boa vontade dos poderes públicos foram associados a uma política fundiária urbana que não parou de demarcar os terrenos disponíveis. Mas o caso da Rússia e o de outros países da ex-União Soviética mostram que as tendências à sua marginalização, constatadas igualmente nos países ocidentais, não são uma lei irreversível da modernidade. No Brasil, onde a luta contra a fome e pela promoção das populações pobres é apontada como uma prioridade nacional, as condições estão, talvez, reunidas para que a agricultura urbana seja reconhecida no mesmo nível da agricultura rural, da industrial ou da de servi-

ços, e seja explicitamente considerada nos planejamentos urbanos, nas políticas alimentares, nas sanitárias e nas educativas.

REFERÊNCIAS

SMITH, J.; RATTI, A.; NASSR, J. **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: United Nations Development Programme, 1996. 302 p.

PROGRAMME DES NATIONS UNIES POUR LE DÉVELOPPEMENT (Pnud). **Rapport mondial sur le développement humain**. Paris: Economica, 1994. 239 p.

DUBOST, F. **Vert patrimoine**: la constitution d'un nouveau domaine patrimonial. Paris: Éditions de la maison des sciences de l'Homme, 1994. 172 p.

BAIROCH, P. **De Jéricho à Mexico**: villes et économie dans l'histoire. Paris: Gallimard, 1985. 706 p.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura Urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p. (Embrapa Cerrados. Documentos, 48).

MONÉDIAIRE, G. **Agricultures urbaines et villes durables européennes**: droits et politiques du jardinage familial urbain européen. Limoges: Presses universitaires, 1999. 334 p.

TEMPLE, D.; MOUSTIER, P. Les fonctions et contraintes de l'agriculture périurbaine de quelques villes africaines. **Cahiers Agricultures**, Montrouge, v. 13, n. 1, p. 15-22, 2004.

FLEURY, A.; DONADIEU, P. **De l'agriculture périurbaine à l'agriculture urbaine**. Courrier de l'environnement de l'INRA, [Paris], n. 31, p. 45-61, août 1997.

LOWELL, S. **Summerfolk 1710-2000**: a history of the Dacha. London: Cornell University Press, 2003. 260 p.

CABEDOS, B.; PIERSON, P. **Cent ans d'histoire des jardins ouvriers**: 1896-1996. Grâne: Ligue Française du Coin de Terre et du Foyer, 1996. 221 p.

REDE DE INTERCÂMBIOS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Agricultura Urbana e Meio Ambiente**. Belo Horizonte: REDE, 1998. 14 p.

Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável:...

CEREZUELLE, D. **Jardinage et développement social**. Paris: Charles Léopold Mayer, 1999. 80 p.

FLEURY, A.; LAVILLE, J.; DARLY, S.; LENAERS, V. Dynamiques de l'agriculture urbaine: du local au global. **Cahiers Agricultures**, Montrouge, v. 13, p. 58-63, 2004.

POULOT, M.; ROUYRES, T. L'accueil social à la ferme: une nouvelle fonction pour les agriculteurs? Quelques éléments de réflexion à partir d'une étude en Île-de-France. In: **INNOVATIONS in Rural Areas**. Clermont-Ferrand: Presses universitaires Blaise Pascal, 2003. p. 179-94.

FORTIER, A. **Les vertus du jardinage d'insertion**. Revue Communication, [Quebec], n. 74, p. 85-101, 2003.

WEBER, F.; PLUVINAGE, M. Le jardinage ouvrier: ressource alimentaire et affirmation de soi. Ivry-sur-Seine: **Cahiers économie et sociologie rurales**, 1993; 4 p.

WEBER, F. **L'honneur des jardiniers: les potagers dans la France du XXe siècle**. Paris: Belin, 1998. 287 p.

DIAS, J. A. B. Produção de plantas medicinais e agricultura urbana. **Horticultura Brasileira**, Brasília, DF, n. 18, p. 140-143, 2000.